

Octante Securitizadora S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Octante Securitizadora S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Octante Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----



Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	135
Preferenciais	0
Total	135
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	323	183	101
1.01	Ativo Circulante	230	156	101
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	170	138	87
1.01.01.01	Bancos Conta Movimento	170	138	87
1.01.06	Tributos a Recuperar	33	12	12
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	33	12	12
1.01.07	Despesas Antecipadas	27	6	2
1.01.07.01	Adiantamentos a Terceiros	14	1	2
1.01.07.02	Gastos Reembolsáveis	13	5	0
1.02	Ativo Não Circulante	93	27	0
1.02.03	Imobilizado	82	23	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	82	23	0
1.02.04	Intangível	11	4	0
1.02.04.01	Intangíveis	11	4	0



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	323	183	101
2.01	Passivo Circulante	184	58	49
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3	1	2
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3	1	2
2.01.02	Fornecedores	8	12	24
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8	12	24
2.01.03	Obrigações Fiscais	6	37	21
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2	18	21
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	5	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2	13	21
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4	19	0
2.01.05	Outras Obrigações	163	4	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	163	4	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	163	2	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	2	0
2.01.06	Provisões	4	4	2
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4	4	2
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4	4	2
2.03	Patrimônio Líquido	139	125	52
2.03.01	Capital Social Realizado	135	135	135
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4	-10	-83



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	834	838	466
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-81	-81	-44
3.02.01	Impostos Diretos	-81	-81	-44
3.03	Resultado Bruto	753	757	422
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-747	-662	-404
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-747	-616	-404
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-740	-615	-403
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-7	-1	-1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-46	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6	95	18
3.06	Resultado Financeiro	11	2	2
3.06.01	Receitas Financeiras	14	4	3
3.06.02	Despesas Financeiras	-3	-2	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17	97	20
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3	-24	-6
3.08.01	Corrente	-3	-24	-6
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14	73	14
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14	73	14
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,10378	0,54074	0,10000



DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	14	73	14
4.03	Resultado Abrangente do Período	14	73	14



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	109	80	46
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25	75	14
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	14	73	14
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	11	2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-54	4	35
6.01.02.01	Aumento em Fornecedores	-4	-12	24
6.01.02.02	Aumento em Impostos a Pagar	-29	16	18
6.01.02.03	Aumento em impostos a recuperar	-21	0	-7
6.01.03	Outros	138	1	-3
6.01.03.01	Aumento em provisões trabalhistas	0	2	-1
6.01.03.02	Adiantamentos a terceiros	-13	-5	-2
6.01.03.03	Outras Obrigações	159	4	0
6.01.03.04	Aumento/Redução em Outras Contas a Receber	-8	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-77	-29	0
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-69	-29	0
6.02.02	Aquisição de Bens do Ativo Intagível	-8	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	32	51	46
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	138	87	41
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	170	138	87



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135	0	0	-10	0	125
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135	0	0	-10	0	125
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14	0	14
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14	0	14
5.07	Saldos Finais	135	0	0	4	0	139



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135	0	0	-83	0	52
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135	0	0	-83	0	52
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	73	0	73
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	73	0	73
5.07	Saldos Finais	135	0	0	-10	0	125



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135	0	0	-97	0	38
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135	0	0	-97	0	38
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14	0	14
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14	0	14
5.07	Saldos Finais	135	0	0	-83	0	52



DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	834	838	466
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	834	838	466
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-623	-513	-345
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-623	-513	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	0	-345
7.03	Valor Adicionado Bruto	211	325	121
7.04	Retenções	-11	-2	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11	-2	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	200	323	121
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14	4	2
7.06.02	Receitas Financeiras	14	4	2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	214	327	123
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	214	327	123
7.08.01	Pessoal	114	101	59
7.08.01.01	Remuneração Direta	76	68	38
7.08.01.02	Benefícios	13	12	10
7.08.01.03	F.G.T.S.	5	4	2
7.08.01.04	Outros	20	17	9
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	83	152	50
7.08.02.01	Federais	41	110	50
7.08.02.03	Municipais	42	42	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3	1	0
7.08.03.01	Juros	3	0	0
7.08.03.03	Outras	0	1	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14	73	14
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14	73	14



1 Contexto operacional

A Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 03 de maio de 2010 sob a denominação de Mazomba SP Participações S.A. e teve seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo -(JUCESP) efetuado em 17 de junho de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de outubro de 2010, foi alterada a denominação social para Octante Securitizadora S.A.

A Companhia tem por objeto, (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (ii) a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (iii) a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (iv) a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; (v) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de direitos de crédito imobiliário e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio ou em direitos de crédito imobiliário, incluindo, mas não se limitando a, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito; e (vi) a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia obteve seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), como emissor de valores mobiliários na categoria “B” em conformidade com as disposições da Instrução CVM 480/2009 em 14 de fevereiro de 2011, através do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº07/2011 e iniciou suas operações em setembro de 2011, com a primeira prestação de serviços.

A matriz da Companhia está localizada na Rua Beatriz, 226 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou emissões de CRAs que totalizaram R\$ 581.674 mil.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração dessas informações foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em xx de março de 2015.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas informações trimestrais são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

(b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados pelo lucro real com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver consistente perspectiva de sua realização.

	01/01/14 A 31/12/14
Resultado do Período	17
(+) Adições	-
(-) Exclusões/Compensações	(5)
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	12
Taxa efetiva para Impostos	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido	(3)

O montante referente a estoque de créditos tributários não constituídos é de R\$ 16 (2013 R\$ 18).

(c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem aplicações financeiras mencionadas na Nota Explicativa nº 4.

(e) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

(f) Demais ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos.

(g) Reconhecimento de ativo financeiro

O tratamento contábil de reconhecimento de ativos financeiros depende da extensão em que a Companhia está exposta a riscos, benefícios e controle relacionados aos ativos financeiros onde a Companhia atuou como emissora dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs e os transferiu à terceiros. Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que foram gerados tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações geradas tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

Os recebíveis do agronegócio, lastros de operações de securitização foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs.

(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados

- como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- (iii) Obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

(i) Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamentos de Informática	5 anos ou 60 meses
Móveis, Utensílios e Central Telefônica	10 anos ou 120 meses
Instalações	10 anos ou 120 meses

(j) Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos separadamente e são mensurados pelo valor de custo de aquisição no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao seu valor de custo de aquisição subtraindo-se a amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A vida útil dos ativos intangíveis adquiridos foi avaliada pela companhia e definidas, pelo prazo de vida estabelecido em 5 anos ou 60 meses conforme legislação fiscal.

(k) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Reconhecidos, se aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia entende que a realização de testes ao valor recuperável (*impairment*) aos ativos pertencentes ao patrimônio separado não se aplicam, em razão de os mesmos terem sua vida útil definida conforme o vencimento da operação.

(I) Patrimônio Separado

Os valores administrados pela Companhia são constituídos sob a forma de patrimônio separado, onde são registrados os ingressos e dispêndios de caixa que são classificados quanto a sua forma, registrando a aquisição de papéis (lastros da operação) do originador (cedente) em contas de ativo, concomitantemente com o registro efetuado no passivo na conta (CRA'S) que se refere ao recebimento por parte do investidor.

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio separado administrado pela Companhia totalizou o valor de R\$ 530.594 (2013-202.892) (balanços patrimoniais de cada Patrimônio Separado estão na Nota 17).

4 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 são compostas por aplicações em operações compromissadas realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., com vencimento final até 15 de setembro de 2016 (prazo inicial em 2012 com vencimento máximo em 27 de novembro de 2017), entretanto, com liquidez imediata e sem descontos, em caso de resgate antecipado, e taxa de remuneração de 98% do CDI em 2014 (2013 - 98%) e, portanto, consideradas como equivalentes de caixa.

		31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras em operações compromissadas		170	136
		170	136

5 Impostos a recuperar

Referem-se aos impostos recolhidos na fonte sobre faturamento e imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras de exercícios anteriores (2013) que já está sendo objeto de compensação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O imposto de renda e contribuição social foram apurados com base no lucro do exercício, conforme divulgado na nota explicativa 3b.

		2014	2013
IRRF sobre faturamento		10	6
CSLL sobre Faturamento		6	4
IRRF sobre aplicação financeira		3	2
IRPJ Estimativa		9	-
CSSLL Estimativa		5	-
		33	12

6 Ativo Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia acumulou um saldo líquido de depreciações e amortizações de R\$ 93 mil em investimentos no ativo imobilizado (R\$ 82 - 2013 R\$ 25) e intangível (R\$ 11 - 2013 R\$ 4) da Companhia, e estão distribuídos da seguinte forma:

Ativo Imobilizado	31/12/2014	Depreciação Acumulada	Adições	31/12/2013
Central Telefônica	13	-	11	2
Móveis e Utensílios	11	-	8	3
Equipamentos de Informática	45	(8)	35	18
Instalações	13	(1)	14	0
Total	82	(9)	69	23

Ativo Intangível	31/12/2014	Amortização Acumulada	Adições	31/12/2013
Softwares	11	(1)	8	4
Total	11	(1)	8	4

7 Gastos reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2014, a conta de outros créditos refere-se a gastos reembolsáveis, relacionados ao pagamento de despesas dos patrimônios separados, que serão reembolsados à entidade no final do mês de março, no valor de R\$ 13 (2013 - R\$ 5).

8 Adiantamento a terceiros

Em 31 de dezembro de 2014, as despesas antecipadas referem-se adiantamentos a fornecedores relacionadas ao ano-calendário 2014 no valor de R\$ 14 (2013 - R\$ 1).

9 Fornecedores / Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2014, referem-se basicamente a montantes a pagar para os prestadores de serviços, tais como contabilidade R\$ 5 (2013 - R\$ 3), outras contas a pagar R\$ 3 (2013 - R\$ 9).

10 Obrigações fiscais e previdenciárias

Referem-se a impostos e contribuições a recolher (FGTS, IRRF sobre salários, INSS, ISS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL).

11 Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se, basicamente, a benefícios que envolvem auxílio refeição e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

		31/12/2014		31/12/2013
Auxílio refeição		6		6
Assistência médica		7		6
		13		12

12 Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$135 (2013 - R\$ 135), dividido em 134.889 (2013 - 134.889) ações ordinárias nominativas.

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: (a) absorção do saldo de prejuízos acumulados, no valor de R\$10 (b) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, no valor de R\$0, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (c) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório, no valor de R\$1; e (d) o saldo, se houver, após as destinações mencionadas anteriormente, terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral, no valor de R\$3.

13 Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais, administrativas, financeiras e tributárias referem-se substancialmente a:

	2014	2013
Despesas de pessoal	114	101
Consultoria	107	165
Serviços de auditoria	79	56
Publicidade e Propaganda	70	51
Serviços Pessoa Jurídica	67	72
Água/luz/telefone/Internet	60	38
Outros	56	12
Serviços de contabilidade	50	41
Viagens e estadias	31	10
Material de consumo/escritório	23	15
Confraternizações/eventos	16	3
Despesas Tributárias/Financeiras	13	73
Taxas Cetip	12	11

Depreciações e Amortizações	11	2
Pequenas Imobilizações	11	10
Manutenção de Equipamentos	9	5
Manutenção do Imobilizado	9	3
Segurança	8	7
Taxas da CVM e Bovespa	7	6
Assessoria de Imprensa	-	6
	<u>753</u>	<u>687</u>

14 Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

		31/12/2014	31/12/2013
Serviços prestados		834	838
PIS, COFINS e ISS		(81)	(81)
Receita Operacional Líquida		753	757

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram emitidos Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs (Nota 16a e 16b), desta forma a Companhia auferiu receitas referentes aos serviços de administração dos Patrimônios Separados das emissões ativas e também com as novas emissões.

15 Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia efetuou transações com partes relacionadas. Estas transações geraram saldo a pagar de R\$ 163 (2013 -R\$ 4) que referem-se a pagamentos realizados pela Octante Gestão Recursos Ltda (Controladora) em nome da Companhia. Estes pagamentos se referem basicamente a custos iniciais de emissões, que serão posteriormente absorvidos pelo patrimônio separado da respectiva emissão. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou reembolso à Octante Gestão de Recursos referente a despesas pagas pela mesma, porém incorridas pela Companhia, o valor reembolsado foi de R\$ 10. O restante do saldo desta conta foi reembolsado nos meses de janeiro e fevereiro do exercício de 2015, sendo que atualmente esta conta está quitada.

A remuneração que contempla a Diretoria Executiva da Companhia, que se refere à remuneração fixa, foi estabelecida na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, no montante global para o exercício 2014, de R\$ 15, englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos legais.

16 Provisões Trabalhistas

Durante o exercício de 2014, a Companhia efetuou o registro de provisões trabalhistas provenientes dos benefícios aos empregados (13º Salários e Férias), bem como o

registro dos encargos incidentes sobre tais benefícios (FGTS e INSS sobre Férias e 13º Salários), desta forma tendo um saldo a pagar em 2014 de R\$ 4 (2013 R\$ 4).

17 Balanço Fiduciário

a) Sumário de informações complementares acerca dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Emissão	Séries	Emissão	Vencimento	Valor Total da Emissão (por Mil) (*)	Remuneração do CRA
Syngenta II	7 ^a , 8 ^a e 9 ^a	26/09/2013	30/12/2015	R\$ 93.056	Senior: 106% do CDI; Mezanino: 110% do CDI; Subordinado: 112,1% do CDI.
Syngenta III	26 ^a e 27 ^a	02/12/2014	28/02/2017	R\$ 198.199	Senior: CDI+0,21% a.a.; Subordinado: CDI + 0,21% a.a. (**)
Nufarm	30 ^a , 31 ^a e 32 ^a	22/12/2014	Sênior: 31/05/2016 Mezanino: 31/08/2016 Subordinada: 31/08/2016	R\$ 97.273	13,95% a.a. Mezanino: 18,44% a.a. Subordinada: 15,07% a.a.
Península V	21 ^a , 22 ^a e 23 ^a	31/07/2014	30/11/2016	R\$ 70.540	Senior: 112,5% do CDI; Mezanino: 100% do CDI + 4% Subordinada: 12,77% a.a. (**)

(*) Valores nas respectivas datas de emissão.

(**) Representa a remuneração alvo para CRA Subordinado para fins de amortização

b) Balanço Patrimonial (em milhares de Reais)

Série	7 ^a , 8 ^a e 9 ^a	21 ^a , 22 ^a e 23 ^a	26 ^a e 27 ^a	30 ^a , 31 ^a e 32 ^a
Ativo	66.726	76.481	217.971	169.416
Bancos	1.407	248	-	-
Aplicações Financeiras	9.282	268	14.390	71.398
Recebíveis	55.875	75.577	202.607	98.018
Opção (ii)	163	388	974	-

Passivo	66.726	76.481	217.971	169.416
CRA Sênior	54.607	53.318	192.189	71.221
CRA Subordinado	5.359	10.984	11.185	3.383
CRA Mezanino	5.345	12.007	-	23.434
Outras Obrigações (i)	1.415	172	14.596	71.378

Observações:

i) A conta Outras Obrigações refere-se às despesas da operação previstas na emissão dos CRAs. Estas despesas são baixadas na medida em que ocorrem os pagamentos das mesmas. Nesta conta encontra-se também o Montante Retido, parcela do Valor de Cessão que será parcialmente retido na Conta Vinculada no montante equivalente ao valor de cessão dos Créditos do Agronegócio cujas Duplicatas não tenham sido apresentadas até a data do pagamento do Valor de Cessão. Exceto na 7^a, 8^a e 9^a Séries cujo valor expressa o excesso de lastro dado por parte dos tomadores dos recursos e que deverão ser devolvidos aos mesmos após a quitação integral das 3 séries.

ii) A Companhia comprou (pelo Patrimônio Separado das 7^a, 8^a e 9^a Séries, pelo Patrimônio Separado das 21^a, 22^a e 23^a Séries e pelo Patrimônio Separado das 26^a e 27^a Séries) contratos de opção de DI para fazer o hedge da estrutura das emissões tendo em vista que os lastros dos CRAs tem sua remuneração pré-fixada enquanto a remuneração dos CRA é pós fixada, em CDI.

Caso o CDI durante o prazo da operação seja superior ao estimado no dia da fixação das taxas dos lastros, os contratos de opções serão realizados de forma que o Patrimônio Separado tenha recursos suficientes para remunerar todos os investidores dos CRA.

c) Eventos de Amortização Extraordinária. No 4^o trimestre de 2014 houve as seguintes amortizações extraordinárias:

i) Dos CRA da 9^a Série da 1^a Emissão, houve um evento de Amortização Extraordinária, que ocorreu no dia 07 de novembro de 2014, no valor total de R\$8.948.

ii) Dos CRA da 13^a Série da 1^a Emissão, houve duas Amortizações Extraordinárias. Uma no dia 02 de outubro de 2014, no valor total de R\$9.597 e outra no dia 06 de novembro de 2014, no valor de R\$2.635. Houve, também, o Resgate Antecipado dos CRA da 13^a Série, no valor de R\$624.

iii) Dos CRA da 15^a Série da 1^a Emissão, houve três Amortizações Extraordinárias. Uma no dia 07 de outubro de 2014, no valor total de R\$7.179 e outra no dia 07 de novembro de 2014, no valor total de R\$4.161. Houve, também, o Resgate Antecipado da 15^a Série, que ocorreu no dia 10 de novembro de 2014, no valor total de R\$5.867.

iv) Dos CRA da 10^a Série da 1^a Emissão, houve uma Amortização Extraordinária, que ocorreu no dia 07 de outubro de 2014, no valor total de R\$34.618. Houve, também, o Resgate Antecipado da 10^a Série, que ocorreu no dia 07 de novembro, no valor total de R\$12.296.

d) Novas Emissões

No 4º trimestre de 2014 houveram mais duas emissões:

i) Uma ocorreu no dia 02 de dezembro de 2014, emissão da 26ª e 27ª Séries da 1ª Emissão de CRA (Certificado de Recebível do Agronegócio). A 26ª série corresponde ao CRA Sênior com valor de emissão de R\$ 190.500, com rentabilidade correspondente à variação acumulada da Taxa DI acrescida de 0,21% para o investidor e a distribuição ocorreu via ICVM 400. A 27ª série corresponde ao CRA Subordinado com valor de emissão de R\$ 7.699, sendo que sua colocação foi privada junto a Cedente, e corresponde a aproximadamente 3,89% da emissão total. A remuneração-alvo da classe subordinada é correspondente à variação acumulada da Taxa DI acrescida de 0,21%, porém a remuneração será equivalente ao total do Patrimônio Separado deduzido dos CRA Sênior e das despesas. O Lastro da operação é composto por CDCAs e CPRs Financeiras emitidos pelos participantes indicados pela Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

ii) A outra ocorreu no dia 22 de dezembro de 2014, foi a emissão das 30ª, 31ª e 31ª Séries da 1ª Emissão de CRA (Certificado de Recebível do Agronegócio). A 30ª Série corresponde ao CRA Sênior com valor de emissão de R\$ 71.000, com rentabilidade correspondente a 13,95% a.a. para o investidor e a distribuição ocorreu via ICVM 476. A 31ª série corresponde ao CRA Mezanino, com valor de emissão de R\$23.340, sendo que sua colocação foi via ICVM 476 e tem a remuneração correspondente a 18,44% a.a. para o investidor. A 32ª Série corresponde ao CRA Subordinado, com valor de emissão de R\$2.933, sendo que sua remuneração é correspondente a 15,07% a.a. e sua colocação ocorreu de forma privada junto à cedente.

19 Gestão de riscos e análise de sensibilidade

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de terceiros dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa ou em depósitos bancários de liquidez diária e junto a instituições de primeira linha. Esses investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de Dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$170 (2013 R\$136) em aplicações em instituições financeiras brasileiras conforme nota 4.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro.

Risco de mercado

O caixa da Companhia é investido em operações compromissadas, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em operações compromissadas ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Análise de Sensibilidade

A Instrução CVM nº 475/08 requer que as Companhias apresentem resultados com cenários de deterioração de risco considerável. As variáveis-chave influenciam os cenários e podem impactar os resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia. Abaixo seguem os resultados da análise:

A Companhia entende que esta exposta ao risco de variação do CDI, que remunera praticamente todas as aplicações financeiras. Dessa forma, apresentamos os cenários nos quais a análise será baseada:

Cenário Base: Manutenção da taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2014.

Cenário Adverso: Diminuição em 10% da taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2014.

Cenário Remoto: Diminuição em 20% na taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2014.

	Cenário Base	Cenário adverso	Cenário remoto
Mudança na Variável	10,55%*	7,91%	5,27%

*Obs. Taxa média do CDI entre 31/12/2013 e 31/12/2014. (fonte: Cetip)

Análise da Companhia

Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Risco	Cenário base	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Ativo Financeiro - Aplicações Financeiras*	Taxa de juros	Diminuição da taxa do CDI	188	183	179

*- Tomando-se por base as aplicações financeiras disponíveis em 31/12/2014 * R\$ 170.

O impacto no resultado da Companhia em cada cenário:

Cenário Base: R\$ 18

Cenário Adverso: R\$ 13

Cenário Remoto: R\$ 9

A Companhia não apresenta análise de sensibilidade para outros ativos e passivos financeiros, pois não há risco de variação de taxa de juros que possa impactar o resultado e/ou fluxo futuro da Companhia.

20 Outras Informações

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, exceto pela operação de opção do patrimônio separado, descrita na nota 16.

21 Demandas judiciais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não esteve exposta a contingências ou riscos em processos judiciais ativos e passivos que resultassem em ganhos ou perdas possíveis, também não há a possibilidade de perda provável, porque não existem processos em que a Companhia esteja envolvida, conseqüentemente não havendo a necessidade de realizar quaisquer provisões para demandas judiciais às Demonstrações Financeiras.

22 Outros assuntos

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. Segundo a avaliação preliminar da Administração, e tendo em vista a natureza das atividades da Securitizadora, não se espera que a eventual aplicação das disposições da MP 627 tenha impacto sobre a Companhia.

23 Eventos Subsequentes

Para o primeiro trimestre do ano calendário de 2015, a Companhia deve concluir a emissão de duas novas emissões. A primeira delas se concretizou no mês de fevereiro, sendo as 28ª e 29ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A., que teve um valor total de emissão de R\$100.000. A outra emissão ocorreu no dia 24 de março, sendo a 1ª série da 2ª Emissão correspondente a um valor total emitido de R\$300.000.